



REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU
MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS
SECRETARIA DO ESTADO DO PLANO E
INTEGRAÇÃO REGIONAL



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

CONTAS NACIONAIS **Definitivas 2015 (NOVA BASE SCN-2008)**

RESUMO	2
I. Melhorias metodológicas	2
II. Melhorias de fontes de dados	3
III. Principais resultados	4
IV. Perspectivas	4
ANEXOS	
Anexo 1 : Tabelas Estatísticas	

Bissau, 21 de Agosto de 2019

RESUMO

As contas nacionais de Guiné-Bissau passaram para um novo ano de base 2015. Para que isso acontecesse, o Instituto Nacional de Estatística (INE) assumiu, desde logo, a mudança do ano base utilizado para a elaboração destas contas. Diversas recolhas e tratamentos de dados foram feitas e as nomenclaturas foram mudadas e estão conforme as recomendações internacionais (CITI rev4.1 e CPC rev2.1). As contas nacionais são compiladas e tratadas na base da ferramenta ERETES. A Guiné-Bissau beneficiou de assistência técnica e financeira de vários parceiros, nomeadamente FMI, UEMOA, AFRISTAT. A nova base de contas nacionais integra as mutações económicas e esta conforme o Sistema de Contabilidade Nacional (SCN) de 2008.

O produto interno bruto de 2015 subiu agora para 681.303 milhões de FCFA, ou seja, uma taxa de revisão de +9,9% em relação as antigas contas. Esta revisão se explica pela integração de inquéritos específicos recentes, nomeadamente inquérito nacional sobre a pobreza e recenseamento das empresas.

Em termos de perspectivas, as contas nacionais do primeiro ano corrente 2016 já estão disponíveis, os trabalhos vão cingir-se á finalização de contas definitivas de 2017 e elaboração de contas provisórias de 2018. As séries retrospectivas (retropoladas) estão disponíveis na óptica de produção e de despesa ate 1997. Sua análise e validação também é imposta. Uma vez finalizada a nova base, agora o INE vai reflectir na implantação de contas trimestrais com o apoio de parceiros técnicos.

I. Melhorias metodológicas

O ano de base utilizado para o cálculo de contas nacionais deve ser actualizado previsivelmente de cinco em cinco anos. Contudo, no pior das hipóteses, em cada 10 anos, tal como foi recomendado pelas Nações Unidas no documento sobre Sistema de Contas nacionais (SCN), que enquadra as técnicas de compilação em todos os países membros, a fim de garantir a comparação internacional.

O antigo ano de base da Guiné-Bissau data de 2005, ou seja, mais de 10 anos. Ademais, a comparabilidade de dados económicos é essencial para o acompanhamento da política económica e supervisão – ainda mais que a Guine Bissau é membro da UEMOA que desencadeou um processo de migração coordenado pelos Estados para o SCN-2008 no quadro do Programa de Estatística Regional (PSR).

Assim sendo, o INE está engajado na revisão do ano de base de contas nacionais e na implementação do SCN 2008. Por isso, neste quadro, beneficiou-se do apoio de parceiros técnicos e financeiros, nomeadamente da União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA), através do Programa Estatístico Regional (PSR), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Observatório Economico e Estatístico de Africa Subsariana (AFRISTAT).

O Novo ano de base de 2015 está conforme ao SCN-2008 e toma em conta o modo de cálculo de serviços de intermediação financeira, indirectamente medidos (SIFIM) e a produção de seguros de danos e resseguro, a distinção de um sector institucional dedicado às instituições, sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISBL-SM) assim como que a passagem de pesquisa do desenvolvimento em activo, etc.

As nomenclaturas de actividades e de produtos estão conforme a CITI revisão 4.1 e a CPC

revisão 2.1. Para as necessidades de análise, e de seguimento a nível nacional e internacional, contas de ramos (CB) de actividade são reagrupadas em 106 ramos de actividade contra 40 na antiga base. As contas de equilíbrio dos recursos empregues (ERE) são reagrupadas em 173 produtos contra 102 na antiga base

Uma das inovações metodológicas maiores reside na causa de que o INE tem iniciado a elaboração anual das tabelas de recursos empregues (TRE) e uma tabela de contas económicas integradas (TCEI) que vai até à conta de capital. O PIB está disponível segundo as três ópticas: produção, despesa, rendimento. Os volumes são medidos a preços do ano anterior conforme SCN.

Na antiga base de 2005, o PIB estava disponível segundo as duas ópticas, e não integrava as principais tabelas de síntese de contas nacionais. Nas novas contas nacionais, as quantidades expressas em volume são avaliadas a preços encadeados do ano anterior. Este método de cálculo reflete melhor as mudanças nos agregados do que a preços constantes. Com o primeiro método, o peso de cada componente elementar do agregado é estimado a cada ano; com o segundo, a ponderação é a do ano base. O encadeamento permite, assim, ter em conta a deformação da estrutura da economia (preços relativos, peso dos diferentes produtos no consumo, etc.), o que é desejável em particular no caso de componentes de série longa ou de mudança rápida (equipamentos eletrónicos, por exemplo). Mas essa melhor representação económica tem um custo: a aditividade desaparece. O consumo total, por exemplo, não é a soma do consumo de bens e serviços.

Melhorias de fontes de dados

As estimativas das despesas de consumo final das famílias são baseadas no inquérito de orçamento familiar de 2010 denominado (ILAP). Trata-se de um inquérito aleatório envolvendo 3210 famílias e cujo objectivo era a avaliação de pobreza monetária.

O inquérito agrícola dá a produção anual em quantidade de cereais e tubérculos, mas não cobre todas as especulações agrícolas. A partir destas quantidades brutas de cereais e tubérculos, as perdas são deduzidas para obter quantidades líquidas que são avaliadas, utilizando preços médios.

Os dados de base sobre as empresas formais são obtidos a partir da introdução integral do conjunto de declarações estatísticas e fiscais (DSF) das quais o INE beneficia de uma cópia automaticamente desde 2014.

O sector informal é obtido a partir do recenseamento geral às empresas em (RGE) realizada em 2015. As rendas imputadas são estimadas a partir do recenseamento geral de população de 2009.

As recolhas de dados de fontes administrativas e de inquéritos complementares, concretamente o inquérito sobre ONG, permitiram distinguir uma conta específica das ISFL-SF.

Sobre o emprego e sector informal de 2017, no seu componente emprego, permite obter uma matriz de emprego por ramo de actividade e por modo de produção na base das projecções de população proveniente do RGPH de 2009.

Os inquéritos sobre as margens de comércio e de transporte, os detalhes de consumo intermédio e repartição de impostos permitiram obter as estimativas desagregadas.

II. Principais resultados

O PIB em valor do novo ano de base 2015, segundo o SCN2008, está avaliado em 681 303 milhões de FCFA – uma revisão de 9,9% em comparação com as estimativas anteriores do PIB de 2015 de acordo com o SCN 93. Esta revisão explica-se essencialmente pela integração de novos dados sobre as empresas, nomeadamente as Declarações Estatísticas e Fiscais (DSF) e as novas informações do Recenseamento Geral das Empresas (RGE), mas também tendo em conta os novos dados sobre as Instituições sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (IFL-SF) sobre a produção de energia, excluindo Bissau e sobre pesquisas e desenvolvimento.

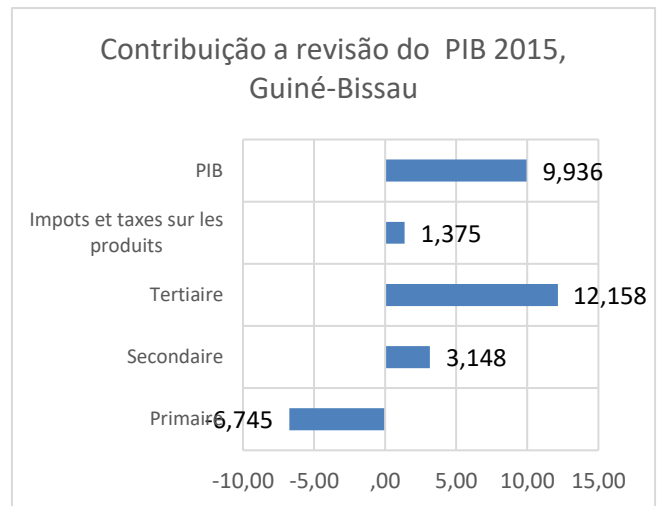
Do lado da oferta, a revisão deve-se principalmente:

- A tomada em conta das Declarações Estatísticas e Fiscais (DSF), assim como as novas informações do Recenseamento Geral das Empresas (RGE) permitiram distinguir pela primeira vez a produção das empresas formais e informais não agrícolas;
- Integração de instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias (ISFL-SF), através de um inquérito a ONG, incluindo igrejas e partidos políticos;
- Melhoria de fontes de dados sobre a energia, nomeadamente a produção de electricidade privada excluindo Bissau.

Do lado da demanda/procura, as principais revisões se devem principalmente:

- consumo final das famílias devido à revisão de sua estrutura;
- consumo final das ISFL-SF graças ao inquérito sobre as ONG;
- Formação Bruta de Capital (investimento) se recuperou com a integração do DSF e novas informações do RGE, bem como estudos sobre pesquisa e desenvolvimento;
- As importações de bens e serviços foram revistas para adequação à CIF e à FOB.

Gráfico1: Contribuições setoriais para revisão do PIB entre as duas bases



III. Perspectivas

As contas nacionais do primeiro ano de 2016 já estão disponíveis, mas ainda não estão disponíveis publicamente. A validação da nota de análise e a divulgação das contas de 2016 é uma actividade prioritária que será levada em consideração nos próximos dias.

O calendário normal para a publicação das contas nacionais anuais deve ser retomado, através da preparação e publicação das contas nacionais definitivas para 2017 e das contas provisórias para 2018, antes do final de 2019. Para as contas provisórias será criado um modelo simplificado. Assegurar que, a partir de Setembro do ano em curso, esteja disponível a conta provisória do N-1.

As séries retrospectivas (retropoladas) estão disponíveis pela óptica de produção e de despesa até 1997. Uma equipa será instituída para analisar as mudanças em relação à antiga base e validar os dados retrospectivos antes da sua difusão.

Uma vez concluída a transição completa para a nova base, o INE irá considerar a implementação de contas nacionais trimestrais com o apoio de parceiros técnicos e financeiros.

Tabela 2.1: Produto Interno Bruto (PIB) segundo a óptica de despesa, Valores correntes (em milhões de FCFA)

Denominação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo final	459 311	513 511	517 247	516 823	523 215	608 420
Famílias	383 103	427 162	435 143	434 037	425 569	496 428
Administração pública	70 458	79 835	75 943	76 572	90 232	103 506
ISFLSF	5 750	6 514	6 161	6 214	7 414	8 486
Formação Bruta de Capital	90 677	86 402	103 697	105 396	112 892	102 022
Formação Bruta de Capital Fixo	90 085	85 742	102 923	96 732	103 342	110 333
Variação de Stocks	592	660	773	8 664	9 550	-8 311
Aquisições menos alienações de objetos de valor						0
Exportações líquidas	-84 826	-54 643	-85 160	-74 147	-75 569	-29 139
Exportações	58 794	105 227	75 635	72 425	93 577	170 644
Bens	48 403	92 902	66 875	61 049	79 389	149 457
Serviços	10 390	12 325	8 761	11 376	14 188	21 187
Importações	143 620	159 870	160 796	146 571	169 145	199 783
Bens	126 921	141 724	145 940	131 360	150 265	176 969
Serviços	16 699	18 145	14 856	15 211	18 880	22 814
Produto interno Bruto	465 162	545 270	535 784	548 072	560 538	681 303

Tabela 2.2: Produto Interno Bruto (PIB) segundo óptica de despesa, Volumes em cadeia (em milhões de FCFA) à partir de 2015

Denominação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo final	526 797	543 014	525 795	524 502	537 146	608 420
Famílias	441 374	454 092	441 597	440 145	437 415	496 428
Administração pública	76 631	80 192	74 903	76 269	91 659	103 506
ISFLSF	8 793	8 730	9 295	8 088	8 072	8 486
Formação Bruta de Capital	103 230	95 024	114 034	113 642	120 392	102 022
Formação Bruta de Capital Fixo	102 569	94 337	113 256	103 177	107 498	110 333
Variação de Stocks	661	687	778	10 465	12 894	-8 311
Aquisições menos alienações de objetos de valor						0
Exportações líquidas	-50 414	-11 562	-24 084	-2 351	-15 611	-29 139
Exportações	115 253	162 472	140 805	148 047	159 930	170 644
Bens	98 252	142 363	124 751	130 056	138 896	149 457
Serviços	17 000	20 110	16 054	17 990	21 034	21 187
Importações	165 666	174 034	164 889	150 397	175 541	199 783
Bens	145 608	154 193	150 019	135 664	156 041	176 969
Serviços	20 058	19 842	14 870	14 733	19 500	22 814
Produto Interno Bruto	579 614	626 476	615 746	635 794	641 927	681 303
Diferença estatística (diferença de encadeamento)	0	0	0	0	0	0

Tabela 2.3: Produto Interno Bruto (PIB) segundo a óptica de despesa, Taxa de crescimento em volume (em percentagem)

Denominação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Consumo final	6,8	3,1	-3,2	-0,2	2,4	13,3
Famílias	6,2	2,9	-2,8	-0,3	-0,6	13,5
Administração pública	9,5	4,6	-6,6	1,8	20,2	12,9
ISFLSF	20,4	-0,7	6,5	-13,0	-0,2	5,1
Formação Bruta de Capital	14,8	-7,9	20,0	-0,3	5,9	-15,3
Formação Bruta de Capital Fixo	14,8	-8,0	20,1	-8,9	4,2	2,6
Varição de Stocks	28,7	4,0	13,3	1 244,4	23,2	-164,5
Aquisições menos alienações de objetos de valor						
Exportações líquidas	47,9	-77,1	108,3	-90,2	564,1	86,7
Exportações	-7,5	41,0	-13,3	5,1	8,0	6,7
Bens	-10,1	44,9	-12,4	4,3	6,8	7,6
Serviços	11,4	18,3	-20,2	12,1	16,9	0,7
Importações	4,4	5,1	-5,3	-8,8	16,7	13,8
Bens	3,9	5,9	-2,7	-9,6	15,0	13,4
Serviços	8,6	-1,1	-25,1	-0,9	32,4	17,0
Produto Interno Bruto	5,6	8,1	-1,7	3,3	1,0	6,1

Tabela 4.1: Valores acrescentados brutos por ramo de actividade, Valores correntes (em milhões de FCFA)

Denominação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sector primário	176 543	204 822	204 055	211 893	195 212	248 158
Agricultura	147 091	171 281	170 719	174 606	155 151	196 629
Pecuária, caça e actividade anexas	16 392	18 887	19 040	19 857	20 639	24 065
Silvicultura e exploração florestal	3 192	3 633	3 568	6 420	7 678	5 531
Pesca e aquacultura	9 869	11 021	10 729	11 010	11 744	21 933
Sector secundário	63 958	66 826	64 539	72 096	82 300	95 452
Actividades extractivas	2 701	1 533	1 658	2 738	3 100	-5 511
Agroalimentar	22 306	27 287	26 583	29 155	32 800	37 069
Outras indústrias	20 013	22 879	21 064	18 662	19 574	30 350
Electricidade - Agua - Saneamento	4 441	6 482	5 607	4 970	7 350	1 114
Construção	14 497	8 645	9 628	16 572	19 475	32 430
Sector terciário	189 772	230 480	223 862	229 789	245 301	291 327
Comércio e reparação	70 330	84 551	93 119	93 445	93 496	145 285
Transporte e armazenagem	20 737	25 115	23 738	23 832	24 207	-4 423
Alojamento e restauração	944	1 217	523	1 725	2 676	13 340
Informação e comunicação	18 659	22 522	21 696	23 156	24 668	19 019
Serviços financeiros e seguros	2 435	8 857	3 693	4 327	6 038	3 373
Actividades imobiliárias	5 175	5 885	5 902	6 059	6 423	8 955
Actividades profissionais científicas e técnicas	12 177	14 388	13 877	14 365	15 120	17 233
Serviços de apoio e de escritório	3 853	4 587	4 420	4 619	4 879	5 883
Serviços de administração pública	31 629	37 418	29 921	34 304	42 970	53 066
Serviços de educação	14 055	16 445	16 461	13 937	14 131	22 161
Serviços de saúde e acção social	7 022	6 293	7 387	6 781	7 267	3 661
Outros serviços colectivos e pessoal	2 756	3 203	3 124	3 239	3 426	3 774
Total	430 274	502 129	492 456	513 779	522 812	634 937
Impostos e taxas líquidas sobre produtos	34 889	43 141	43 328	34 293	37 726	46 366
Produto Interno Bruto	465 162	545 270	535 784	548 072	560 538	681 303

Tabela 4.2: Valores acrescentados brutos por ramo de actividade, Volumes em cadeia à partir de 2015, (em milhões de FCFA)

Denominação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sector primário	217 533	234 867	234 395	245 636	224 985	248 158
Agricultura	180 804	196 280	195 967	202 275	178 914	196 629
Pecuária, caça e actividade anexas	20 081	21 592	21 793	22 959	23 839	24 065
Silvicultura e exploração florestal	4 177	4 253	4 197	7 560	8 754	5 531
Pesca e aquacultura	12 472	12 742	12 439	12 842	13 478	21 933
Sector secundário	83 620	78 222	75 784	84 763	93 938	95 452
Actividades extractivas	3 330	1 757	1 902	3 171	3 576	-5 511
Agroalimentar	29 741	32 096	31 443	34 455	37 319	37 069
Outras indústrias	25 756	26 609	24 571	21 829	22 413	30 350
Electricidade - Agua - Saneamento	5 807	7 645	6 593	5 850	8 382	1 114
Construção	18 985	10 115	11 275	19 458	22 249	32 430
Sector terciário	238 169	265 655	258 097	267 039	281 905	291 327
Comércio e reparação	89 107	97 818	107 134	108 412	107 467	145 285
Transporte e armazenagem	26 040	29 016	27 499	27 782	27 793	-4 423
Alojamento e restauração	1 684	1 583	707	2 186	2 922	13 340
Informação e comunicação	23 496	25 996	25 091	26 955	28 341	19 019
Serviços financeiros e seguros	3 634	10 299	4 627	5 278	6 730	3 373
Actividades imobiliárias	6 317	6 719	6 746	6 999	7 424	8 955
Actividades profissionais científicas e técnicas	14 836	16 416	15 846	16 580	17 485	17 233
Serviços de apoio e de escritório	4 740	5 251	5 066	5 346	5 631	5 883
Serviços de administração pública	38 959	42 840	34 440	39 760	49 471	53 066
Serviços de educação	17 355	18 854	18 903	16 151	16 295	22 161
Serviços de saúde e acção social	8 624	7 200	8 464	7 846	8 390	3 661
Outros serviços colectivos e pessoal	3 377	3 662	3 576	3 745	3 957	3 774
Total	539 322	578 744	568 276	597 438	600 828	634 937
Impostos e taxas líquidas sobre produtos	40 292	47 732	47 469	38 356	41 099	46 366
Produto Interno Bruto	579 614	626 476	615 745	635 794	641 927	681 303
Diferença estatística (diferença de encadeamento)	0	0	0	0	0	0

Tabela 4.3: Valores acrescentados brutos por ramo de actividade, taxa de crescimento em volume (em percentagem)

Denominação	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Sector primário	2,4	8,0	-0,2	4,8	-8,4	10,3
Agricultura	2,2	8,6	-0,2	3,2	-11,5	9,9
Pecuária, caça e actividade anexas	2,7	7,5	0,9	5,4	3,8	0,9
Silvicultura e exploração florestal	6,4	1,8	-1,3	80,2	15,8	-36,8
Pesca e aquacultura	4,7	2,2	-2,4	3,2	5,0	62,7
Sector secundário	12,8	-6,5	-3,1	11,8	10,8	1,6
Actividades extractivas	43,8	-47,2	8,2	66,7	12,8	-254,1
Agroalimentar	5,8	7,9	-2,0	9,6	8,3	-0,7
Outras indústrias	-2,6	3,3	-7,7	-11,2	2,7	35,4
Electricidade - Agua - Saneamento	40,3	31,7	-13,8	-11,3	43,3	-86,7
Construção	44,6	-46,7	11,5	72,6	14,3	45,8
Sector terciário	7,3	11,5	-2,8	3,5	5,6	3,3
Comércio e reparação	0,9	9,8	9,5	1,2	-0,9	35,2
Transporte e armazenagem	12,6	11,4	-5,2	1,0	0,0	-115,9
Alojamento e restauração	41,3	-6,0	-55,4	209,4	33,7	356,6
Informação e comunicação	5,3	10,6	-3,5	7,4	5,1	-32,9
Serviços financeiros e seguros	26,6	183,4	-55,1	14,1	27,5	-49,9
Actividades imobiliárias	-0,6	6,4	0,4	3,8	6,1	20,6
Actividades profissionais científicas e técnicas	4,5	10,6	-3,5	4,6	5,5	-1,4
Serviços de apoio e de escritório	4,6	10,8	-3,5	5,5	5,3	4,5
Serviços de administração pública	12,0	10,0	-19,6	15,4	24,4	7,3
Serviços de educação	14,3	8,6	0,3	-14,6	0,9	36,0
Serviços de saúde e acção social	47,7	-16,5	17,5	-7,3	6,9	-56,4
Outros serviços colectivos e pessoal	4,3	8,4	-2,4	4,7	5,7	-4,6
Total	6,1	7,3	-1,8	5,1	0,6	5,7
Impostos e taxas líquidas sobre produtos	-0,3	18,5	-0,6	-19,2	7,1	12,8
Produto Interno Bruto	5,6	8,1	-1,7	3,3	1,0	6,1

